

Agência de Fomento: Uma Proposta para o Estado da Bahia¹

Equipe da Diretoria de Planejamento e Assuntos Estratégicos

Resumo Executivo

O presente documento tem o objetivo de iniciar as discussões sobre o modelo de atuação proposto para a Agência de Fomento do Estado, servindo de ponto de partida para a elaboração do Plano Estratégico de Mudança do Desenbanco, a ser elaborado com o apoio de consultoria especializada.

A formatação do modelo de atuação da Agência de Fomento do Estado estará apoiada em dois pilares básicos:

- De um lado, a Agência de Fomento deverá atuar em sintonia com as Políticas de Promoção e Expansão das Atividades Produtivas do Estado, com ênfase no estímulo à consolidação de uma indústria local de bens finais, com o conseqüente apoio às micro, pequenas e médias empresas;
- De outro lado, a Agência de Fomento deverá buscar nas experiências similares no Brasil e no exterior elementos que possam servir de referência para sua atuação no Estado, procurando adequar experiências bem sucedidas à moldura institucional da Bahia, levando em consideração aspectos de natureza legal embutidos nas regulamentações emitidas pelo Governo Federal.

As conclusões apresentadas estão apoiadas em entrevistas com representantes de Secretarias de Governo e Órgãos do Governo do Estado, no exame de documentos gerados na esfera dos Governos Federal e Estadual, numa breve revisão bibliográfica sobre Agências de Fomento e Desenvolvimento, assim como em coletas de informações com as próprias Agências em operação.

Políticas de Promoção e Expansão das Atividades Produtivas do Estado

- O Estado tem privilegiado ações que visem a preencher as lacunas observadas na sua matriz industrial e promover o adensamento de sua cadeia produtiva. Estas ações pressupõem um esforço articulado de atração de investimentos em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento industrial do Estado através da busca crescente da construção de vantagens competitivas dinâmicas (incluindo as condições requeridas de infra-estrutura física e qualificação de mão-de-obra) e da possibilidade de concessão de benefícios fiscais em virtude do equilíbrio fiscal do Estado.
- Em sintonia com estas tendências, o Governo do Estado definiu no seu Plano Plurianual 2000-2003 as áreas estratégicas para atração de investimentos e os seus eixos de desenvolvimento, que estabelecem uma divisão geoeconômica do Estado mais adequada ao papel de estímulo à atividade econômica atribuído ao Estado no período recente.

¹ As opiniões expressas neste documento são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente aquelas da Desenbahia ou de outras instituições eventualmente mencionadas.

Perfil de Atuação das Agências de Fomento e Desenvolvimento

“Agências de Desenvolvimento” ou “Agências de Fomento” podem ser genericamente definidas como sendo “Organismos criados para auxiliar a promoção do desenvolvimento de uma zona territorial determinada, contando para isso com instrumentos diversos e, principalmente, com um nível apreciável de autonomia de gestão”. Estão predominantemente vinculadas ao desenvolvimento do potencial endógeno da zona geográfica de referência, e empregam um conceito amplo de desenvolvimento, incluindo os aspectos sociais.

As Agências de Fomento atuam por meio de instrumentos financeiros (incentivos e subsídios, empréstimos, concessão de garantias e avais e participação acionária) e não-financeiros (informação, assessoria e infra-estrutura).

Os principais objetivos das Agências de Desenvolvimento no país incluem a atração de investimentos privados para empreendimentos que apresentem vantagens locais relevantes, a orientação de ações públicas e privadas no processo de privatização e desregulamentação de serviços públicos, o financiamento de empreendimentos considerados relevantes para a promoção do desenvolvimento regional, a ampliação dos espaços de parceria entre o setor público e o privado, a atuação como agente catalisador entre governo e empresariado e a atuação como interlocutor junto aos demais organismos de fomento regional.

Em alguns casos a provisão de recursos para custeio é inteiramente do Estado, empresas públicas e sociedades de economia mista. Em outros, a administração é inteiramente privada, mantida por cotas de empresas que participam da composição acionária da Agência. Há ainda modelos híbridos envolvendo o Estado e o setor privado. Em casos como o do BADESC, embora mantida a sua vinculação ao Governo do Estado de Santa Catarina, está prevista a auto-sustentabilidade da Agência por meio das operações efetuadas.

É possível identificar Agências de Desenvolvimento que atuam de forma centralizada no âmbito de uma região determinada e aquelas que vêm empreendendo um esforço na direção da interiorização de suas ações. Foram identificadas parcerias organizações não governamentais e bancos privados, além da criação de representações da Agência em cidades do interior do Estado.

Modelo Proposto para a Bahia

Os dados levantados durante a elaboração deste documento apontam na direção de uma Agência de Fomento que privilegie a atuação em Rede, articulando-se com as diversas competências desenvolvidas no Estado. Neste sentido, a Agência de Fomento do Estado deverá pautar sua atuação pela permanente interlocução com os agentes públicos e privados voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.

A criação de mecanismos de estímulo a uma crescente participação do setor privado nesta iniciativa é recomendável, embora a Agência funcione sob a liderança do Estado.

A Agência de Desenvolvimento deverá atuar de forma matricial considerando os vetores espaciais (eixos de desenvolvimento) e econômicos na definição de prioridades, de forma compatibilizar sua atuação com as metas estabelecidas nos diversos programas de ação das secretarias.

Há ainda um conjunto de ações horizontais que deverão ser implementadas. Entre estas, as seguintes já foram identificadas:

- Formatação de política para as micro, pequenas e médias empresas;
- Definição de formas de implementação de fundo de aval do Desenbanco;
- Análise da implementação de fundos de capital de risco no Estado;
- Criação de mecanismos de incentivo à capacitação empresarial aos quais estaria condicionada a concessão de financiamentos;
- Apoio ao processo de desenvolvimento desencadeado pela implantação da Hidrovia do São Francisco;

— Estabelecimento de interlocução com o Governo do Estado e o setor privado para criação de programas destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	3
2	POLÍTICAS DE PROMOÇÃO E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO ESTADO	5
2.1	ASPECTOS CONJUNTURAIS.....	5
2.2	ÁREAS ESTRATÉGICAS.....	6
2.3	EIXOS DE DESENVOLVIMENTO.....	7
3	PERFIL DE ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	8
3.1	DEFINIÇÕES BÁSICAS.....	8
3.2	ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	10
3.2.1	<i>Objetivos.....</i>	<i>11</i>
3.2.2	<i>Modelo Institucional e Sustentabilidade Econômica.....</i>	<i>12</i>
3.2.3	<i>Interiorização das Ações.....</i>	<i>12</i>
4	MODELO PROPOSTO PARA A BAHIA	12
5	ANEXOS	16
5.1	ANEXO 1: RESOLUÇÃO 2.574 DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.....	16
5.2	ANEXO 2: ENTREVISTAS.....	18
5.3	ANEXO 3: AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	19

1 Introdução

Como parte dos esforços para a crescente melhoria das condições de competitividade sistêmica do Estado visando ao seu desenvolvimento econômico e social, o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia — Desenbanco — encontra-se em processo final de transformação em Agência de Fomento². Esta transformação insere-se no âmbito das medidas de reestruturação que vêm sendo implementadas pelo Banco Central do Brasil nos bancos estaduais e está suportada pela Resolução N° 2.574 do Conselho Monetário Nacional³. A transformação mencionada na Resolução, entretanto, enfatiza o aspecto financeiro, deixando a cargo de cada estado a definição do modelo de atuação de suas Agências de Fomento. Conforme explicitado no Plano Plurianual 2000-2003 (Bahia de Todos os Tempos), o objetivo estratégico desta transformação, assim como da recente privatização do Baneb, “é reduzir significativamente a participação do Estado no setor financeiro, concentrando suas ações e investimentos na área social. Como Agência de Fomento, o Desenbanco vai continuar avalizando as negociações de projetos estratégicos para o Estado, mas fica impossibilitado de aplicar e captar recursos no mercado financeiro, minimizando desta forma os riscos de suas operações. O banco vai desempenhar, também, o papel de consultor do Governo na área de desenvolvimento, *sobretudo na busca de investimentos e na viabilização de projetos voltados para a geração de emprego e renda.*

² A transformação inclui o fechamento do capital social da instituição.

³ Esta Resolução (cujo texto integral está disponibilizado no Anexo 1) vem sendo objeto de discussão no âmbito do Ministério da Fazenda, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da ABDE com o propósito de promover determinados ajustes na sua forma final. Há indicações de que as agências de fomento deverão ter a personalidade jurídica de instituições financeiras não bancárias.

Além dessas atividades, a nova Agência de Desenvolvimento assume as funções de *órgão executivo do Programa Estadual de Desestatização*, dando seqüência ao processo de privatização já em curso e identificando áreas ou atividades onde a atuação do Estado não se coloca como estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico⁴.

Ao longo dos seus 33 anos de existência, o Desenbanco vem atuando de forma decisiva no fomento ao desenvolvimento econômico e social da Bahia, tendo financiado atividades nos setores químico e petroquímico, mineração, metal-mecânico, rural e agro-industrial, turismo, comércio e serviços, além de ter proporcionado recursos para diversos programas de infra-estrutura do setor público. Durante a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, o Desenbanco desempenhou um importante papel, elevando a Bahia à condição de maior produtor de petroquímicos do país. Além disso, atuou decisivamente na implantação e consolidação do Centro Industrial de Aratu e de diversos Distritos Industriais no interior do Estado, propôs e implementou programas de desenvolvimento setorial e regional, caracterizando uma atuação pró-ativa em favor do desenvolvimento do Estado.

O presente documento, estruturado em três seções além desta introdução, tem o objetivo de iniciar as discussões sobre o modelo de atuação proposto para a Agência de Fomento do Estado, servindo de ponto de partida para a elaboração do Plano Estratégico de Mudança do Desenbanco, a ser elaborado com o apoio de consultoria especializada.

A formatação do modelo de atuação da Agência de Fomento do Estado estará apoiada em dois pilares básicos:

- De um lado, a Agência de Fomento deverá atuar em sintonia com as Políticas de Promoção e Expansão das Atividades Produtivas do Estado, com ênfase no estímulo à consolidação de uma indústria local de bens finais, com o conseqüente apoio às micro, pequenas e médias empresas;
- De outro lado, a Agência de Fomento deverá buscar nas experiências similares no Brasil e no exterior elementos que possam servir de referência para sua atuação no Estado, procurando adequar experiências bem sucedidas à moldura institucional da Bahia, levando em consideração aspectos de natureza legal embutidos nas regulamentações emitidas pelo Governo Federal.

Assim, as duas seções seguintes deste documento procuram apresentar elementos sobre estas duas questões, fornecendo subsídios para a formatação da proposta preliminar de atuação da Agência apresentada na quarta seção.

Metodologicamente, as conclusões aqui apresentadas estão apoiadas em uma série de entrevistas com representantes de Secretarias de Governo e Órgãos do Governo do Estado⁵, no exame de documentos gerados na esfera dos Governos Federal e Estadual⁶, numa breve revisão bibliográfica sobre Agências de Fomento e Desenvolvimento, assim como em coletas de informações com as próprias Agências em operação⁷. Neste sentido, o

⁴ Plano Plurianual 2000-2003, p. 156; grifos nossos.

⁵ A listagem dos entrevistados, a quem os autores agradecem, encontra-se no Anexo 2 deste documento.

⁶ Em especial o Plano Plurianual 2000-2003 e o Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia.

⁷ A equipe da Diretoria de Planejamento e Assuntos Estratégicos visitou as seguintes Agências de Desenvolvimento: Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná

documento aqui apresentado não se pretende original, mas tão somente a sistematização e consolidação das informações coletadas junto às diversas fontes mencionadas.

2 Políticas de Promoção e Expansão das Atividades Produtivas do Estado

2.1 Aspectos Conjunturais⁸

Após sucessivos sinais de esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações observados ao longo da década de oitenta (entre os quais a queda do PIB per capita no período 1980-1992), o Brasil passa a adotar um modelo de industrialização baseado na abertura de mercado e na desregulamentação econômica, freqüentemente chamado de “integração competitiva”. O seu esgotamento não significa que o modelo de industrialização por substituição de importações não tenha sido bem sucedido: de acordo com Ferraz et al⁹, “no período 1965/80 o setor manufatureiro brasileiro alcançou taxa média de crescimento de 9,5% ao ano. Segundo estimativas da UNIDO, dentre os países em desenvolvimento este número foi suplantado somente pela Coreia do Sul, Cingapura e Indonésia. A estrutura industrial resultante desta fase de expansão industrial acelerada não diferia de modo significativo da maior parte das economias da OCDE”. Entretanto, entre 1980 e 1992, o país consegue surpreender ortodoxos e heterodoxos ao combinar, de maneira prolongada, recessão e inflação, incorrendo num fenômeno conhecido como estagflação. Durante este período, a renda *per capita* do país cai 8%, em virtude de um aumento de apenas 16% do PIB contra um crescimento populacional de 26%¹⁰, enquanto a inflação média se mantém em níveis elevados. Em paralelo a este processo, a crise fiscal impõe a redefinição do papel do Estado, abrindo espaço para uma maior participação do setor privado nos segmentos produtivo, de infra-estrutura e de serviços e concessões públicas, através do processo de privatização.

No setor empresarial, até então protegido por barreiras alfandegárias elevadas, observou-se, num primeiro momento, uma reação defensiva caracterizada pela adoção de modelos de gestão que permitissem a redução de custos de produção como forma de fazer frente à concorrência externa. Graças à sobrevalorização cambial observada nos momentos iniciais do Plano Real, foi possível ainda promover, ao menos parcialmente, a renovação do parque nacional de bens de capital. Entretanto, parece não haver dúvidas que a efetiva integração da indústria brasileira ao mercado global requer um amplo e articulado esforço de criação de vantagens competitivas nos níveis empresarial, estrutural e sistêmico.

O perfil econômico da Bahia esteve, até o início da década de 50, essencialmente associado a atividades agrícolas tradicionais e ao seu beneficiamento, principalmente cacau, fumo e fibras. É a implantação da indústria extrativa de petróleo e da Refinaria Landulpho Alves, no início da década de 50, que inicia o primeiro ciclo de desenvolvimento industrial da Bahia. É neste momento que são lançadas as bases para o desenvolvimento da infra-

(ADTP) e Enterprise Florida no Brasil. Visitou ainda o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (BANDES). Adicionalmente, foram coletadas informações sobre os modelos de atuação das agências indicadas na Figura 2 através de referências bibliográficas e de suas home pages.

⁸ Uma parte da discussão apresentada nesta seção foi extraída de Cavalcante, Luiz Ricardo M. T.

Maturidade Tecnológica e Intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento: O Caso da Indústria Petroquímica no Brasil. Salvador: FIEB/IEL, 1998.

⁹ Ferraz, João Carlos, Kupfer, David e Haguenaer, Lia. **Made in Brazil: Desafios Competitivos da Indústria.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

¹⁰ Pinheiro, Armando Castelar. Perspectivas de médio prazo para a economia brasileira: uma análise setorial. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 55-64, out./dez. 1995.

estrutura física e de serviços no Estado, aliado à implantação da indústria mecânica local. São estas condições que sustentam o segundo ciclo de desenvolvimento do Estado, com a implantação, na década de 70, do Pólo Petroquímico de Camaçari, que muda o perfil econômico do Estado e caracteriza sua economia como produtora de bens intermediários. É oportuno destacar o significativo papel desempenhado pelo Estado nos dois primeiros ciclos de desenvolvimento da Bahia. Com efeito, é na Bahia, mais precisamente durante a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que se estabelece o paradigma do modelo de industrialização perseguido naquele momento: o tripé constituído pela empresa estatal, pela empresa estrangeira e pela empresa nacional familiar.

É fácil perceber que a carência de uma indústria de transformação de bens de consumo final vinha gerando distorções indesejáveis para o desenvolvimento da economia do Estado¹¹. Não apenas a indústria de bens intermediários caracteriza-se por uma elevada intensidade em capital, tendo assim um potencial menor de geração de postos de trabalho em relação à indústria de bens finais (tradicionalmente mais intensivas em mão-de-obra), como também pelo fato de produzir *commodities*, a indústria de bens intermediários localizada no Estado apresenta maior vulnerabilidade às oscilações nos preços de seus produtos no mercado internacional.

É a partir deste diagnóstico que o Estado tem voltado suas energias no sentido de *preencher as lacunas observadas na sua matriz industrial e promover o adensamento de sua cadeia produtiva*, características do seu terceiro ciclo de desenvolvimento. Estas ações pressupõem um esforço articulado de *atração de investimentos* em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento industrial do Estado através da busca crescente da *construção de vantagens competitivas dinâmicas* (incluindo as condições requeridas de infra-estrutura física e qualificação de mão-de-obra) e da possibilidade de *concessão de benefícios fiscais* em virtude do equilíbrio orçamentário do Estado.

2.2 Áreas Estratégicas

Um vez definidas as bases do terceiro ciclo de desenvolvimento do Estado, é preciso identificar os setores ou cadeias produtivas que possibilitarão o preenchimento das lacunas da matriz produtiva da Bahia e uma melhor distribuição geográfica das atividades econômicas no Estado. De acordo com o Plano Plurianual 2000-2003 (p. 155), são as seguintes as áreas prioritárias para atração de investimentos privados no Estado:

- Indústria química e petroquímica;
- Indústria de plásticos e fibras sintéticas;
- Indústria de fertilizantes e defensivos agrícolas;
- Indústria de informática e eletro-eletrônicos;
- Cadeias produtivas de madeira, celulose, papel e movelaria;
- Complexos automotivo e metal-mecânico;
- Indústria de alimentos — grãos, carnes, óleo e fruticultura irrigada;
- Indústria de calçados, têxteis e confecções;
- Complexo mineral;
- Turismo e cultura.

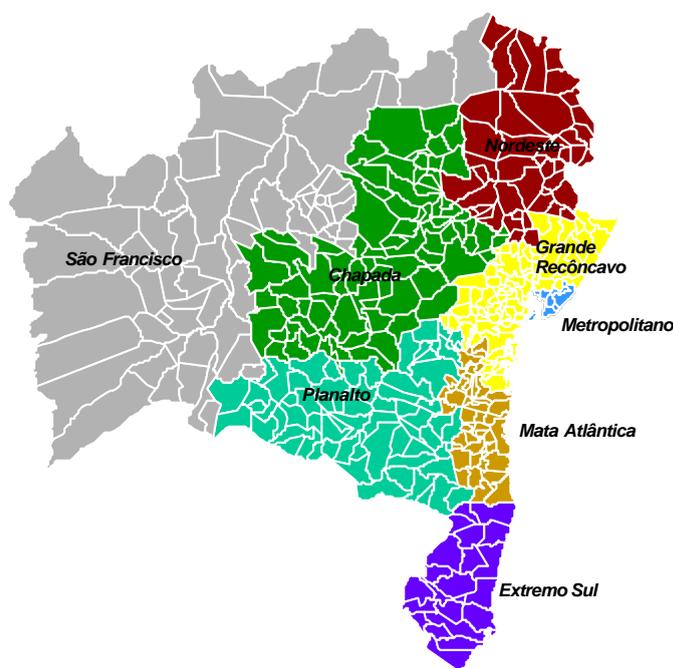
¹¹ No caso dos intermediários petroquímicos, por exemplo, fala-se em turismo molecular para caracterizar o processo de transformação de resinas produzidas no estado em bens de consumo o final no eixo Sul - Sudeste do país. Estes produtos, de maior valor agregado, retornam então para consumo no estado.

Além destas áreas estratégicas, o Estado vem incentivando ainda a indústria náutica¹² e a implantação de Call Centers, bem como programas de incentivo de atuação horizontal (exportação).

2.3 Eixos de Desenvolvimento

Para subsidiar a execução de sua política de desenvolvimento no próximo quadriênio e a elaboração e execução dos planos e orçamentos, o Governo do Estado definiu os chamados Eixos de Desenvolvimento. Definidos levando-se em consideração os corredores de circulação da produção no Estado, os eixos de desenvolvimento representam uma nova divisão geoeconômica da Bahia mais apropriada para o papel de estímulo à atividade econômica atribuído ao Estado no período recente. A Figura 1 identifica os oito eixos de desenvolvimento definidos para a Bahia, e suas principais características são apontadas na Tabela 1:

Figura 1: Eixos de Desenvolvimento da Bahia



Fonte: Plano Plurianual 2000-2003, p. 15.

Tabela 1: População, Renda, Principais Atividades Econômicas e Corredores de Escoamento dos Eixos de Desenvolvimento

Eixo de Desenvolvimento	População (% do Estado)	Renda (% do Estado)	Principais Atividades Econômicas	Principais Corredores de Escoamento da Produção
São Francisco	12%	6%	Produção de Frutas e Grãos, principalmente soja, milho e feijão.	BR-242 e BR-349.
Chapada	13%	2,6%	Turismo, cafeicultura e horticultura irrigada (em menor escala a cunicultura, a apicultura, a floricultura, a fruticultura irrigada, agropecuária, extração de ouro e pedras semipreciosas.	BR-242 e BA-052.
Extremo Sul	5%	4%	Papel e celulose, agropecuária e policultura	BR-101

¹² Através do Centro Náutico da Bahia, “que tem como objetivo básico desenvolver um elenco de ações, que visam a sedimentar o segmento da indústria naval, criando distritos e núcleos devidamente infra-estruturados, voltados exclusivamente para localização das indústrias navais, além de também atrair e incentivar a implantação de novas empresas”. (<http://www.sicm.ba.gov.br>).

Eixo de Desenvolvimento	População (% do Estado)	Renda (% do Estado)	Principais Atividades Econômicas	Principais Corredores de Escoamento da Produção
			(mamão, café, côco, abacaxi, melancia e mandioca).	
Mata Atlântica	9,5%	7%	Cacau e pecuária bovina. Outras atividades agrícolas (cravo-da-índia, guaraná etc), turismo, o Pólo de Informática de Ilhéus, indústrias de vestuário, tecidos, calçados e derivados do cacau, além do ecoturismo.	BR-101 e Porto de Malhado (Ilhéus).
Metropolitano	21,5%	63,0%	Indústria química, metalúrgica, siderúrgica, de plásticos, bebidas, fertilizantes. Prevista a implantação de unidade industrial da Ford. Turismo e indústria cultural.	BR-324 e Portos de Aratu e Salvador.
Grande Recôncavo	16,6%	9,8%	Setor agrícola: laranja e fumo; Indústrias de calçados e bebidas estão sendo atraídas para alguns de seus municípios.	Entrocamento Rodoviário do Nordeste (BA-052, BR-242, BR-116 e BR-324), além dos Portos de Aratu e Salvador.
Planalto	13,4%	5%	Cafeicultura, pecuária, cacau e algodão. Implantação recente da indústria de calçados nos municípios de Itapetinga e Jequié.	BR-116.
Nordeste	9%	2,6%	Pecuária bovina e caprinos. Produção de grãos (feijão, milho, arroz, amendoim e algodão).	BR-101 e BR-242.

Fonte: Elaboração própria a partir do Plano Plurianual 2000-2003, p. 14-19.

3 Perfil de Atuação das Agências de Fomento e Desenvolvimento

As informações aqui apresentadas resultam de um levantamento das atividades executadas por diversas Agências de Fomento no país e no exterior. Trata-se, portanto, de um esforço de busca de referências da forma de atuação destas agências como forma de auxílio na modelagem da agência local de fomento.

3.1 Definições Básicas

Não há na literatura técnica uma definição única para a expressão “Agência de Desenvolvimento” ou “Agência de Fomento”¹³. Acredita-se que a versatilidade demonstrada por estes organismos na busca de soluções adequadas a regiões e momentos históricos específicos contribua para a ausência de uma definição única para o termo. Eloy¹⁴ propõe a seguinte aproximação por contemplar a maioria das definições usuais:

“Organismos criados para auxiliar a promoção do desenvolvimento de uma zona territorial determinada, contando para isso com instrumentos diversos e, principalmente, com um nível apreciável de autonomia de gestão.”

Ainda de acordo com Eloy (1999), as Agências de Desenvolvimento Regional “estão (ou deveriam estar) sempre vinculadas ao desenvolvimento do potencial endógeno da zona geográfica de referência”, e empregam um conceito amplo de desenvolvimento, incluindo os aspectos sociais. Não há dúvidas que a crescente transferência de responsabilidades dos governos nacionais para os governos regionais e locais tem lançado sobre as agências novos desafios na promoção do desenvolvimento regional. Embora as primeiras Agências de Desenvolvimento Regional tenham aparecido na Europa do pós-guerra, é justamente nos anos de crise industrial que as instituições se viram obrigadas a buscar soluções diferenciadas para regiões menos desenvolvidas.

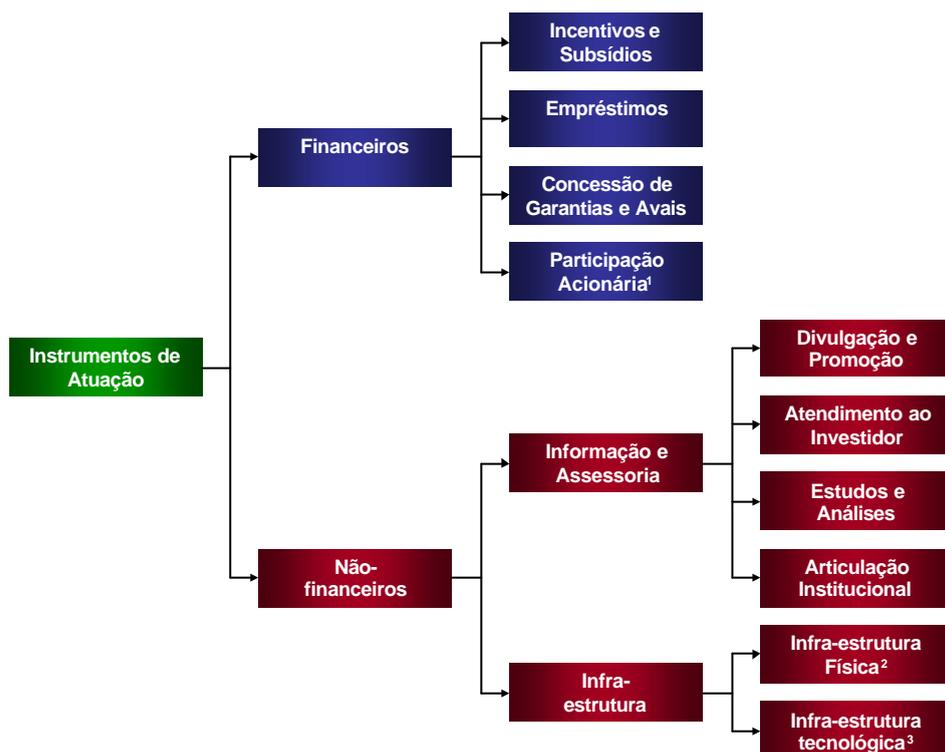
¹³ As duas expressões são utilizadas como sinônimos neste documento.

¹⁴ Eloy, Clécio. [sem título]. Salvador, 1999. mimeogr.

Mais recentemente, as Agências de Desenvolvimento vêm, de uma forma geral, procurando associar sua atuação à implementação de Policy Networks, isto é, redes de instituições que promovem a articulação público privada para apoio na formulação de políticas públicas de desenvolvimento.

Uma classificação útil dos instrumentos de atuação das Agências de Desenvolvimento Regional distingue os instrumentos financeiros dos não-financeiros. O diagrama abaixo procura identificar alguns desdobramentos destas linhas de atuação:

Figura 2: Instrumentos de Atuação das Agências de Desenvolvimento



¹ Inclui capital de risco

² Inclui concessão de terrenos e criação de infra-estrutura requerida para o investimento.

³ Inclui qualificação da mão-de-obra, oferta de serviços tecnológicos e disponibilidade de universidades e centros de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria a partir de discussão original de Eloy (1999).

Assim, entre os instrumentos financeiros estão incluídas as concessões de financiamento através de empréstimos¹⁵ e a participação direta como acionista do empreendimento. Embora a participação das agências como acionistas em empreendimentos não seja uma modalidade nova de atuação, é nesta categoria que está incluído um instrumento que vem ganhando crescente projeção no país: os fundos de capital de risco, destinados à viabilização do capital próprio necessário para a constituição de novas empresas de base tecnológica. Fundos de garantia e aval são constituídos com a finalidade de viabilizar a concessão de crédito a empresas que não dispõem das garantias reais requeridas. Finalmente, as Agências de Desenvolvimento têm atuado na concessão de incentivos e subsídios como forma de promover a atração de investimentos.

¹⁵ seguramente a forma mais tradicional de atuação dos chamados Bancos de Desenvolvimento, viabilizada através da gestão de fundos específicos e repasse de recursos provenientes de outras instituições financeiras como BNDES e FINEP.

Os instrumentos não-financeiros podem ser divididos em dois grandes grupos: Informação e Assessoria e Infra-estrutura. O primeiro inclui atividades que vão desde a divulgação e promoção de investimentos (através da confecção de folders, manutenção de home-pages promocionais, participação e organização de eventos etc) até ações de articulação institucional (tanto horizontalmente como verticalmente, ao estabelecer, por exemplo, articulação com prefeituras para a interiorização do desenvolvimento). Incluem-se ainda entre as atividades de Informação e Assessoria o atendimento ao investidor (seja diretamente ou por meio virtual) e a elaboração de estudos e análises voltados tanto para o suporte no processo de implementação de novas ações por parte da própria agência como para servir de subsídio ao processo decisório de localização de investimentos pelos agentes privados. Permeando todo o conjunto de atividades de Informação e Assessoria encontra-se a função de agente executivo dos processos de privatização algumas vezes desempenhado por Agências de Desenvolvimento no país.

Além das atividades de Informação e Assessoria, as Agências de Desenvolvimento dispõem ainda de instrumentos de atuação não-financeiros nas áreas de infra-estrutura física (que compreende toda a malha de transporte, bem como a existência de distritos industriais, terrenos, etc) e tecnológica (que inclui desde a qualificação de mão-de-obra até a disponibilidade de universidades e centros de pesquisa). Naturalmente, as Agências de Desenvolvimento têm um escopo limitado de atuação no âmbito dos instrumentos voltados para a criação e manutenção de infra-estrutura, cabendo-lhe freqüentemente o papel de articulador de ações.

3.2 Aspectos Característicos das Agências de Desenvolvimento

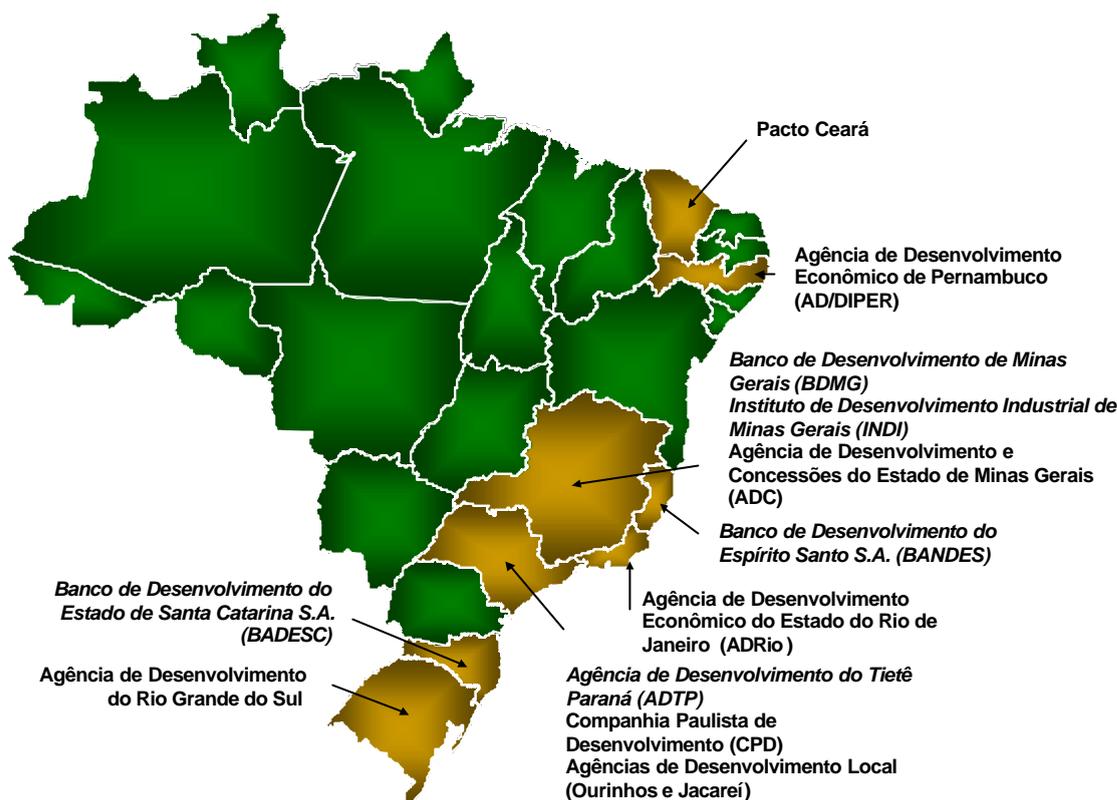
Esta seção analisa alguns aspectos que permitem estabelecer uma tipologia para as Agências de Desenvolvimento no Brasil¹⁶. Desta forma, são considerados os seguintes aspectos: os principais objetivos das agências, seus modelos institucionais, os instrumentos utilizados para a interiorização de suas ações e sua sustentabilidade econômica.

Para subsidiar o estabelecimento desta tipologia, foi efetuado um levantamento do perfil de algumas Agências de Desenvolvimento em operação no país, conforme indicado na Figura 3:¹⁷

¹⁶ Foi considerado ainda o modelo de atuação da Enterprise Florida, cujo escritório em São Paulo foi visitado pela equipe do Desenbanco, e modelos de atuação de Agências de Desenvolvimento na Europa e Estados Unidos a partir de referências bibliográficas.

¹⁷ As Agências indicadas em itálico no diagrama correspondem àquelas que foram visitadas *in loco* pela equipe do Desenbanco.

Figura 3: Algumas Agências de Desenvolvimento no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

3.2.1 Objetivos

A partir do levantamento efetuado, foram identificados os principais objetivos das Agências de Desenvolvimento no país:

- Atrair investimentos privados para empreendimentos que apresentem vantagens locacionais relevantes, a partir da identificação de matriz de oportunidades de investimento no Estado;
- Orientar as ações públicas e privadas no processo de privatização e desregulamentação de serviços públicos, que passam para áreas de competência do setor privado;
- Atuar como agente financiador de empreendimentos considerados relevantes para a promoção do desenvolvimento regional;
- Ampliar os espaços de parceria entre o setor público e o privado, via concessões e formação de joint-ventures;
- Atuar como agente catalisador entre governo e empresariado, identificando oportunidades de negócios, mobilizando recursos, realizando estudos e trabalhos de consultoria;
- Atuar como interlocutor junto aos demais organismos de fomento regional.

De acordo com a ênfase concedida aos instrumentos financeiros e não-financeiros, é possível estabelecer uma tipologia da atuação das agências analisadas. Assim, a Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná (ADTP) enfatiza o desenvolvimento de estudos, a

promoção de investimentos e prospecção de negócios¹⁸. Já o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI) atua diretamente na formação de agentes de desenvolvimento no interior do Estado e na atração, identificação e promoção de oportunidades de investimentos. Agências de Desenvolvimento que tiveram sua origem em Bancos de Desenvolvimento, a exemplo do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), embora estejam ainda buscando a definição do seu modelo de atuação, tendem a atuar na promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus estados sem prescindir dos instrumentos financeiros (principalmente concessão de crédito) na sua atuação.

3.2.2 Modelo Institucional e Sustentabilidade Econômica

Em alguns casos (INDI, por exemplo), a provisão de recursos para custeio é inteiramente do Estado, empresas públicas e sociedades de economia mista. Em outros (ADTP), a administração é inteiramente privada, mantida por cotas de empresas que participam da composição acionária da Agência. Embora não visitada pela equipe do Desenbanco, há indicações de que a Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD) adota um modelo híbrido, sendo a sua composição acionária rateada entre o Estado e o setor privado. Em casos como o do BADESC, embora mantida a sua vinculação ao Governo do Estado de Santa Catarina, está prevista a auto-sustentabilidade da Agência por meio das operações efetuadas.

3.2.3 Interiorização das Ações

Quanto à forma utilizada para promover a interiorização de suas ações, é possível distinguir as Agências de Desenvolvimento que atuam de forma centralizada no âmbito de uma região determinada e aquelas que vêm empreendendo um esforço na direção da interiorização de suas ações. Merece destaque a experiência que vem sendo conduzida pelo BDMG, que, ao estabelecer parcerias com organizações não governamentais e bancos privados tem expandido sua capilaridade e atingido regiões antes de difícil acesso ao banco. Já o BADESC optou pela criação de representações da Agência em cidades do interior do Estado de Santa Catarina, além de buscar parcerias com Organizações não Governamentais para operacionalização de linhas de micro crédito.

4 Modelo Proposto para a Bahia

Tendo em vista as Políticas de Promoção e Expansão das Atividades Produtivas do Estado apontadas na seção 2 deste documento, o perfil de atuação observado nas demais Agências de Fomento e Desenvolvimento no Brasil indicado na seção 3, assim como as diversas entrevistas realizadas com representantes de Secretarias de Governo e outros Órgãos do Governo do Estado, propõe-se aqui um modelo de atuação para a Agência de Fomento da Bahia.

Convém notar que três importantes documentos já mencionam o papel de uma Agência de Fomento no cumprimento da política de desenvolvimento do Estado: o Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia, resultante de um trabalho conjunto da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, o documento “Bahia de Todos os Tempos (500 anos e um

¹⁸ Embora haja sinais de que a ADTP esteja progressivamente enfatizando atividades de prestação de serviços e ampliando do seu escopo de atuação regional.

novo ciclo de prosperidade)”, publicado pela SEPLANTEC/SEI em maio de 1999 e o Plano Plurianual 2000-2003.

O modelo de Agência de Fomento proposto para a Bahia implica numa política de crédito articulada com os vetores de desenvolvimento econômico do Estado, identificados a partir de uma criteriosa análise setorial e regional empreendida pela instituição em parceria com outros órgãos públicos e privados. Assim, amplia-se o papel do Desenbanco nos processos de negociação de projetos estratégicos para o Estado, desempenhando o papel de consultor do Governo na área de desenvolvimento e buscando investimentos e projetos voltados para a geração de emprego e renda. Além disso, o modelo proposto de atuação para a Agência de Fomento contempla ainda as funções de órgão executivo do Programa Estadual de Desestatização.

O cenário de redefinição do papel do Estado e de escassez de recursos, assim como os expressivos resultados que vêm sendo obtidos pela Bahia na atração de investimentos apontam desde logo na direção de uma Agência de Fomento que privilegie a atuação em Rede, articulando-se com as diversas competências desenvolvidas no Estado. Neste sentido, *a Agência de Fomento do Estado deverá pautar sua atuação pela permanente interlocução com os agentes públicos e privados voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.*

Assim, a atuação da Agência de Fomento do Estado deverá promover sua articulação institucional com as Secretarias de Governo cujas ações estejam diretamente ligadas à promoção de investimentos no Estado (Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Secretaria da Cultura e Turismo, Secretaria do Trabalho e Ação Social e Secretaria de Infra-estrutura.) e à provisão de elementos financeiros e de planejamento essenciais a este processo (Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia). Além das Secretarias de Governo, a Agência de Fomento deverá estar articulada com as ações de outros órgãos ligados ao Governo do Estado, como o Promo Centro Internacional de Negócios, com destacada atuação na promoção do Estado no exterior, a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), com forte atuação na provisão de infra-estrutura para implantação de novos empreendimentos no Estado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A (EBDA), a Empresa de Turismo da Bahia S.A. (BAHIATURSA) entre outros. A interface permitirá que a Agência venha a contribuir no estabelecimento de uma política de desenvolvimento do Estado em conformidade com a qual estarão alinhadas suas políticas operacionais.

Neste processo, pode-se contar ainda com a Fundação Luis Eduardo Magalhães, que, criada com o propósito de buscar soluções inovadoras para as questões da administração pública estadual, poderá contribuir na criação de instâncias de articulação entre a Agência de Fomento e os demais Órgãos de Governo. Por se tratar de um processo contínuo, um aspecto a ser considerado é a criação de um Fórum permanente para alinhamento das ações desenvolvidas por aquilo que se chamará aqui de “Sistema Regional de Desenvolvimento”¹⁹. Assim, o Fórum de Desenvolvimento do Estado da Bahia teria um

¹⁹ Trata-se de um conceito emprestado da teoria sobre o desenvolvimento científico e tecnológico. Diversos autores desta área empregam o conceito de “Sistema Nacional de Inovação” para identificar o conjunto de instituições públicas e privadas cuja atuação contribuiria para a produção e assimilação de inovações pelo setor produtivo local. Analogamente, definiu-se aqui o “Sistema Regional de Desenvolvimento” como

caráter consultivo mas não deliberativo (uma vez que as instituições que o viriam a compor não estariam necessariamente subordinadas ao Fórum). É particularmente oportuno observar o sucesso do Pacto Ceará, em cujo modelo espelha-se esta proposta.

Não há dúvidas que a atuação da Agência de Fomento do Estado da Bahia deverá manter ainda uma permanente interlocução com os agentes privados no Estado, assim como com outros organismos da administração pública em nível federal e municipal e mesmo com instituições internacionais voltadas para a promoção do desenvolvimento e a superação de desigualdades regionais.

Conforme apontado na seção 3 deste documento, muitas Agências de Desenvolvimento foram criadas e mantidas pela iniciativa privada. A densidade empresarial do Estado no presente momento não aponta na direção da constituição de Agências de Desenvolvimento mantidas pelo setor privado. Entretanto, é preciso criar mecanismos de estímulo a uma crescente participação do setor privado na iniciativa. Num primeiro momento, o estabelecimento de uma clara interlocução com as Federações representativas dos segmentos da atividade produtiva (as Federações das Indústrias, do Comércio e da Agricultura do Estado da Bahia) seguramente garantiria a participação dos agentes privados na definição das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas pela Agência. Além da criação de uma interlocução setorial através das federações, uma abordagem mais horizontal voltada para o conjunto das micro, pequenas e médias empresas através do estabelecimento de uma interlocução com o SEBRAE é recomendável.

Com relação à descentralização de suas atividades, acredita-se que a criação de Agências de Desenvolvimento para atender a um certo conjunto de municípios²⁰ apresenta elementos bastante interessantes. Entretanto, conforme evidenciam experiências adotadas em outros países e estados, este modelo tem sido viável apenas quando a mobilização dos atores privados em torno da agência tem ocupado a liderança do processo. Neste sentido, parece haver indícios de que a criação de Agências de Desenvolvimento sub-regionais acabe gerando deseconomias de escala relativamente à implantação de uma agência única que teria o seu perfil de atuação estabelecido de forma matricial por cadeia produtiva e por região. A definição da forma final de ampliação da capilaridade da Agência, entretanto, carece ainda de estudos mais aprofundados.

Assim, parece essencial que para apoiar com sucesso a proposta de preenchimento das lacunas da matriz produtiva do Estado e de desconcentração regional das atividades econômicas, a Agência de Fomento da Bahia deverá atuar de forma matricial considerando estes dois vetores na definição de prioridades. De forma a compatibilizar sua atuação com as metas estabelecidas nos diversos programas de ação das secretarias (que serviram de base e passarão a ter como base o Plano Plurianual 2000-2003), propõe-se aqui a construção de uma matriz conforme indicado abaixo:

sendo o conjunto de instituições públicas e privadas cuja atuação contribuiria para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região considerada.

²⁰ Que poderiam ser agregados de acordo com a recente divisão da Bahia em eixos de desenvolvimento conforme apresentado no Plano Plurianual 2000-2003, ou em torno de municípios com maior capacidade de alavancagem de novos investimentos, por exemplo.

Tabela 2: Matriz Eixos de Desenvolvimento x Áreas Estratégicas Bahia

	São Francisco	Chapada	Extremo Sul	Mata Atlântica	Metropolitano	Grande Recôncavo	Planalto	Nordeste
Indústria química e petroquímica	<h2>Estratégias Regionais de Desenvolvimento</h2>							
Indústria de plásticos e fibras sintéticas								
Indústria de fertilizantes e defensivos agrícolas								
Indústria de informática e eletro-eletrônicos								
Cadeias produtivas de madeira, celulose, papel e movelaria								
Complexos automotivo e metal-mecânico								
Indústria de alimentos — grãos, carnes, óleo e fruticultura irrigada								
Indústria de calçados, têxteis e confecções								
Complexo mineral								
Turismo e cultura								

Fonte: Elaboração própria.

Além da atuação matricial proposta, que encontra-se em conformidade com as ações desenvolvidas pelas diversas secretarias, há ainda um conjunto de ações horizontais que deverão ser implementadas. Entre estas, as seguintes já foram identificadas:

- Formatação de política para as micro, pequenas e médias empresas;
- Definição de formas de implementação de fundo de aval do Desenbanco;
- Análise da implementação de fundos de capital de risco no Estado;
- Criação de mecanismos de incentivo à capacitação empresarial aos quais estaria condicionada a concessão de financiamentos;
- Apoio ao processo de desenvolvimento desencadeado pela implantação da Hidrovia do São Francisco;
- Estabelecimento de interlocução com o Governo do Estado e o setor privado para criação de programas destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

5 Anexos

5.1 Anexo 1: Resolução 2.574 do Conselho Monetário Nacional

RESOLUCAO N. 002574

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de **agências de fomento**.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessão realizada em 17.12.1998, com base no art. 4., inciso VIII, da referida Lei e no art. 1., parágrafo 2., da Medida Provisória n. 1.773-32, de 14.12.98,

R E S O L V E U:

Art. 1. Estabelecer que a constituição e o funcionamento de agências de fomento sob controle acionário de Unidade da Federação, cujo objeto social e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos no País, dependem de autorização do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 1. As agências de fomento, subordinadas a supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil, não podem ser transformadas em qualquer tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo 2. As agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado nos termos da Lei n. 6.404, de 15.12.76.

Parágrafo 3. A expressão "Agência de Fomento" deve constar obrigatoriamente da denominação social das sociedades de que trata este artigo.

Parágrafo 4. Cada Unidade da Federação só pode constituir 1 (uma) agência de fomento.

Art. 2. As agências de fomento somente podem praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

I - fundos constitucionais;

II - orçamentos estaduais e municipais;

III - organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Art. 3. As agências de fomento são facultadas:

I - a prestação de garantias, a utilização da alienação fiduciária em garantia e de cédulas de crédito industrial e comercial e a cobrança de encargos nos moldes praticados pelas instituições financeiras;

II - a prestação de serviços de consultoria, agente

financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

Parágrafo 1. O Banco Central do Brasil regulamentara as condições para a prestação de garantias por parte das agências de fomento.

Parágrafo 2. Na prestação dos serviços de que trata o inciso II, e vedada a assunção de risco pelas agências de fomento.

Art. 4. As agências de fomento devem observar limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido ajustado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Art. 5. As agências de fomento são vedados:

I - o acesso as linhas de assistência financeira do Banco Central do Brasil;

II - o acesso a conta Reservas Bancarias no Banco Central do Brasil;

III - a captação de recursos junto ao publico;

IV - a contratação de depósitos interfinanceiros, na qualidade de depositante ou depositaria.

Art. 6. Os passivos das agências de fomento não serão cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC, respondendo a agência com recursos próprios.

Art. 7. As agências de fomento deverão constituir, com recursos próprios, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, ao resultado da ponderação de seu ativo pelo risco correspondente, nos termos da Resolução n. 2.099, de 17.08.94, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.

Art. 8. As agências de fomento devem cumprir os procedimentos de escrituração, elaboração e remessa de demonstrações financeiras previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Art. 9. O Banco Central do Brasil poderá baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Resolução n. 2.347, de 20.12.96.

Brasília, 17 de dezembro de 1998

Gustavo H. B. Franco
Presidente

5.2 Anexo 2: Entrevistas

Entrevistas efetuadas durante a elaboração deste documento:

Secretaria da Fazenda

Rogério Princhak – Assessor do Secretário

Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Armando Avena – Superintendente de Planejamento Estratégico

Vladson Menezes – Diretor de Políticas Públicas

Cleilza Andrade — Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Guilherme Furtado Lopes – Superintendente de Indústria e Mineração

Adriana Campelo – Assessora

Mário Ezequiel T. Sampaio – Coordenador de Micro, Pequena e Média Empresa

Walter Barreto – Coordenador da COIND III

Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

João Aurélio Lares Viana – Superintendente de Política do Agronegócio

Washington Rebouças – Diretor Geral

Secretaria da Cultura e Turismo

Érico Pina Mendonça Júnior – Superintendente de Desenvolvimento do Turismo

Reinaldo M. Santos – Assessor da SUDETUR

Dalva Garcia Sant'anna – Assessora da SUDETUR

Inês Garrido – Diretora de Projetos da SUDETUR

Secretaria de Infra-estrutura

Oswaldo Campos de Magalhães – Assessor Técnico

Secretaria do Trabalho e Ação Social

Carlos Armando Santana – Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho

Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

Emerson Simões – Diretor de Promoção de Investimento

Carlos Alberto Andrade de Carvalho – Chefe da Divisão de Marketing

Ângela Cristina Pinheiro Timbó – Gerente de Treinamento Empresarial

Promo Centro Internacional de Negócios

Marcos Tourinho – Diretor Presidente

Patrícia Orrico – Diretora de Negócios e Cooperação Empresarial

Eduarda Santos – Técnica

Isaumir Borges – Técnico em Comércio Exterior

Fundação Luis Eduardo Magalhães

Geraldo Magalhães Machado – Diretor Geral

5.3 Anexo 3: Agências de Desenvolvimento: Algumas Experiências Internacionais

Na Europa, as Agências de Desenvolvimento Regional ocupam-se da construção de nova relação com o empresariado, baseada em *participação e confiança*, através de:

- *Capacidade* para “orientar seletivamente as intervenções conjuntas dos setores público e privado”;
- *Conhecimento* do sistema econômico e social (problemas, recursos, potencialidades e demandas);
- *Flexibilidade e autonomia*, evitando a rigidez burocrática do serviço público.

Assim, atuam dentro de lógica de desenvolvimento endógeno que envolve tanto instrumentos financeiros como não-financeiros.

Os serviços não-financeiros são basicamente de apoio de informação e assessoria, incluindo predominantemente as seguintes atividades:

- informação sobre mercado;
- tecnologia, inovações e P&D;
- financiamentos disponíveis;
- capacitação (RH, empresarial e para utilização de novas técnicas e equipamentos);
- consultoria e gestão.

O foco é a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais através da criação de centros de inovação empresarial (incubadoras de empresas) e da identificação, seleção e promoção de novos projetos empresariais. Trabalham com fundos estruturais, concentrando recursos para prioridades estrategicamente definidas, estabelecendo parcerias financeiras, complementaridade de aplicação e programação plurianual.

Especificamente na Espanha, as agências de desenvolvimento surgem em função do processo de reestruturação produtiva que obrigou o governo central a concentrar sua atenção nas políticas macroeconômicas, ficando relativamente marginalizadas as atuações de política regional. Majoritariamente financiadas com fundos públicos, as Agências de Desenvolvimento Regional espanholas apresentavam um desenho e âmbito de atuação externo à administração pública, como forma de dotá-las de maior autonomia e flexibilidade. Sua atuação privilegiou o apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, inclusive através de ações horizontais, como o acesso a capital de risco e prover a infra-estrutura requerida para dinamizar a geração de inovações.

Nos Estados Unidos, foram pesquisadas as seguintes agências de desenvolvimento através da Internet:

- *Texas Department of Economic Development (TDED)*
- *CA Trade and Commerce Agency*
- *EnterpriseFlorida*
- *Ontario County Office of Economic Development and Industrial Development Agency*
- *New York City Economic Development*

Essas agências atuam, além da provisão de incentivos e financiamentos, no apoio ao desenvolvimento econômico como orientadoras do investidor nos seguintes aspectos:

- Situação da Economia: informações sobre posição e vantagens econômicas do estado, políticas e diretrizes econômicas, clusters e polos, montante de investimentos, PIB, PEA, salários, emprego, vendas, importação-exportação, etc.;
- Governo: informações relevantes sobre a estrutura de governo (Secretarias e órgãos diretamente ligados à instalação e expansão de atividades econômicas). Assim, seus serviços podem incluir links para os *sites* específicos, endereços e telefones de pessoas a contactar, oferta de serviço de articulação e acompanhamento nos trâmites governamentais;
- Mão-de-Obra: informações sobre a oferta e qualidade da mão-de-obra local;
- Aperfeiçoamento e Treinamento: oferta e/ou informação sobre cursos de aperfeiçoamento e treinamento da mão-de-obra, técnicos, gerentes, empreendedores, incluindo opções de financiamento para tal fim; frequentemente têm *links* com centros de treinamento, escolas, órgãos, universidades, etc.;
- Legislação, Licenciamento e Taxas: informações sobre leis, regulamentos, impostos e taxas, procedimentos e formulários para obter licenciamento. Dispõem da opção que permite ao usuário criticar e propor alterações nos regulamentos existentes;
- Infra-estrutura: informações sobre a infra-estrutura viária, ferroviária, portuária e aeroportuária, conectando o estado ao resto do mundo;
- Terrenos e Galpões: informação, organizada por região, de terrenos e galpões adequados e disponíveis para cessão, aquisição ou locação de instalações, podendo chegar a fornecer endereço e telefone para contato;
- Iniciando um Negócio: informações básicas de como iniciar um negócio no estado;
- Outras Informações: informações sobre universidades locais, acesso à habitação e serviços de saúde, cultura e lazer no estado.

Outros serviços de apoio às empresas estabelecidas em via de expansão ou investidores potenciais, incluem assistência ao licenciamento e consultoria empresarial (*one-on-one*, gratuita).